

## GRUPAMENTO DE APOIO DOS AFONSOS

## Termo de Referência 92/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
92/2026	120623-GRUPAMENTO DE APOIO DOS AFONSOS	THIAGO FERNANDES	11/05/2026 10:41 (v 0.3)
Status			
CONCLUIDO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	195/2026	Aquisição de estocáveis 02

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Estocáveis 02 ( biscoitos, massas, farinhas), para atender às necessidades do Serviço de Subsistência do Grupamento de Apoio dos Afonsos (GAP-AF), conforme especificações e quantidades estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	CÓDIGO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	REQ MÍNIMA	REQUISIÇÃO MAXIMA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL
1	Amido, tipo milho, para preparo de mingaus, papas, bolos, pudins, molhos, cremes, massas doces e salgados, embalagem com 1kilo, prazo validade mínimo 30 dias	462479	KG	300	6000	6000	R\$ 29,1427	R\$ 174.856,2000
2	Amido, tipo milho, para preparo de mingaus, papas, bolos, pudins, molhos, cremes, massas doces e salgados, embalagem com 1kilo, prazo validade mínimo 30 dias . COTA EXCLUSIVA ME/EPP ITEM 1.	462479	KG	100	2000	2000	R\$ 29,1427	R\$ 58.285,4000
3	Aveia, apresentação flocos finos, embalagem com 500g, prazo validade mínimo 30 dias	460501	PCT 500 GR	355	7095	7.095	R\$ 14,1413	R\$ 100.332,5235
4	Aveia, apresentação flocos finos, embalagem com 500g, prazo validade mínimo 30 dias. COTA EXCLUSIVA ME/EPP ITEM 3.	460501	PCT 500 GR	118	2365	2365	R\$ 14,1413	R\$ 33.444,1745
5	Barra de cereal, de primeira qualidade, diversos sabores, embalagem com aproximadamente 22gr	463965	UNI	7109	142175	142175	R\$ 1,7867	R\$ 254.024,0725
6	Barra de cereal, de primeira qualidade, diversos sabores, embalagem com aproximadamente 22gr. COTA EXCLUSIVA ME/EPP ITEM 5.	463965	UNI	2236	44724	44724	R\$ 1,7867	R\$ 79.908,3708
7	Biscoito, tipo recheado, redondo, sabor morango, embalagem com aproximadamente 50gr	217138	PCT 50GR	1860	37200	37200	R\$ 2,7433	R\$ 102.050,7600
8	Biscoito, tipo recheado, redondo, sabor morango, embalagem com aproximadamente 50gr. COTA EXCLUSIVA ME/EPP ITEM 7.	217138	PCT 50GR	620	12400	12400	R\$ 2,7433	R\$ 34.016,9200
9	biscoito, tipo recheado, redondo, sabor chocolate, embalagem com aproximadamente 50gr	217139	PCT 50GR	1551	31013	31013	R\$ 3,1967	R\$ 99.139,2571

10	biscoito, tipo recheado, redondo, sabor chocolate, embalagem com aproximadamente 50gr. COTA EXCLUSIVA ME/EPP ITEM 9.	217139	PCT 50GR	517	10337	10337	R\$ 3,1967	R\$ 33.044,2879
11	biscoito, tipo salgado, sabor pizza, embalagem com 156gr contendo 6 pct de 26g	266196	PCT 156 GR	763	15250	15250	R\$ 4,1500	R\$ 63.287,5000
12	biscoito, tipo salgado, sabor presunto, embalagem com 156gr contendo 6 pct de 26g	266196	PCT 156 GR	988	19750	19750	R\$ 4,1500	R\$ 81.962,5000
13	biscoito, tipo salgado, sabor presunto, embalagem com 156gr contendo 6 pct de 26g. COTA EXCLUSIVA ME/EPP ITEM 12.	266196	PCT 156 GR	263	5250	5250	R\$ 4,1500	R\$ 21.787,5000
14	biscoito, tipo salgado, sabor salsa e cebola, embalagem com 156gr contendo 6 pct de aproximadamente 26g.	266196	PCT 156 GR	500	10000	10000	R\$ 4,0967	R\$ 40.967,0000
15	biscoito, tipo salgado, sabor original, embalagem com 156gr contendo 6 pct de aproximadamente 26g	266196	PCT 156 GR	500	10000	10000	R\$ 4,6700	R\$ 46.700,0000
16	Biscoito, apresentação quadrado, classificação salgado, tipo água e gergelim, peso líquido aproximadamente 240g, prazo validade mínimo 30 dias	217130	PCT 240 GR	672	13440	13440	R\$ 7,5900	R\$ 102.009,6000
17	Biscoito, apresentação quadrado, classificação salgado, tipo água e gergelim, peso líquido aproximadamente 240g, prazo validade mínimo 30 dias. COTA EXCLUSIVA ME/EPP ITEM 16.	217130	PCT 240 GR	224	4480	4480	R\$ 7,5900	R\$ 34.003,2000
18	Biscoito, apresentação quadrado, classificação salgado, tipo cream cracker, peso líquido aproximadamente 200g, prazo validade mínimo 30 dias	217129	PCT 200 GR	650	13000	13000	R\$ 3,7300	R\$ 48.490,0000
19	Biscoito, apresentação quadrado, sabor água e sal, classificação salgado, embalagem com aproximadamente 200g, prazo validade mínimo 30 dias	217129	PCT 200 GR	270	5400	5400	R\$ 3,7300	R\$ 20.142,0000
20	Biscoito, apresentação redondo, tipo recheado, sabores diversos, classificação doce, com aproximadamente 200g, prazo validade mínimo 30 dias	236205	PCT 200 GR	1050	21.000	21.000	R\$ 3,8557	R\$ 80.969,7000
21	Biscoito, apresentação redondo, tipo recheado, sabores diversos, classificação doce, com aproximadamente 200g, prazo validade mínimo 30 dias. COTA EXCLUSIVA ME/EPP ITEM 20.	236205	PCT 200 GR	200	4000	4000	R\$ 3,8557	R\$ 15.422,8000
22	Biscoito, apresentação redondo, tipo recheado, sabor chocolate, classificação doce, com aproximadamente 200g, prazo validade mínimo 30 dias	460234	PCT 200 GR	2250	45000	45000	R\$ 3,5433	R\$ 159.448,5000
23	Biscoito, apresentação redondo, tipo recheado, sabor chocolate, classificação doce, com aproximadamente 200g, prazo validade mínimo 30 dias. COTA EXCLUSIVA ME/EPP ITEM 23.	460234	PCT 200 GR	750	15000	15000	R\$ 3,5433	R\$ 53.149,5000
24	Biscoito, classificação doce, de 1ª qualidade, tipo maisena, ingredientes farinha de trigo rica com ferro e ácido fólico, açúcar, amido de milho, gordura vegetal interesterificada, açúcar invertido, leite em pó, malte, sal, fermentos químicos, peso aproximadamente 200g, prazo validade mínimo 30 dias.	232213	PCT 200 GR	2250	45000	45000	R\$ 4,7727	R\$ 214.771,5000

25	Biscoito, classificação doce, de 1ª qualidade, tipo maisena, ingredientes farinha de trigo rica com ferro e ácido fólico, açúcar, amido de milho, gordura vegetal interesterificada, açúcar invertido, leite em pó, malte, sal, fermentos químicos, peso aproximadamente 200g, prazo validade mínimo 30 dias. COTA EXCLUSIVA ME/EPP ITEM 25.	232213	PCT 200 GR	750	15000	15000	R\$ 4,7727	R\$ 71.590,5000
26	Biscoito, mini wafer, sabor chocolate, de primeira qualidade, embalagem com aproximadamente 40g, prazo validade mínimo 30 dias	255866	PCT 40G	2250	45000	45000	R\$ 2,2700	R\$ 102.150,0000
27	Biscoito, mini wafer, sabor chocolate, de primeira qualidade, embalagem com aproximadamente 40g, prazo validade mínimo 30 dias. COTA EXCLUSIVA ME/EPP ITEM 27.	255866	PCT 40G	750	15000	15000	R\$ 2,2700	R\$ 34.050,0000
28	Biscoito, mini wafer, sabor doce de leite, de primeira qualidade, embalagem com aproximadamente 40g, prazo validade mínimo 30 dias	474394	PCT 40G	2250	45000	45000	R\$ 2,3933	R\$ 107.698,5000
29	Biscoito, mini wafer, sabor doce de leite, de primeira qualidade, embalagem com aproximadamente 40g, prazo validade mínimo 30 dias. COTA EXCLUSIVA ME/EPP ITEM 28.	474394	PCT 40G	750	15000	15000	R\$ 2,3933	R\$ 35.899,5000
30	Biscoito, mini wafer, sabor morango, de primeira qualidade, embalagem com aproximadamente 40g, prazo validade mínimo 30 dias	255865	PCT 40G	2250	45000	45000	R\$ 2,5420	R\$ 114.390,0000
31	Biscoito, mini wafer, sabor morango, de primeira qualidade, embalagem com aproximadamente 40g, prazo validade mínimo 30 dias. COTA EXCLUSIVA ME/EPP ITEM 30.	255865	PCT 40G	750	15000	15000	R\$ 2,5420	R\$ 38.130,0000
32	Biscoito fino, tipo amanteigado com cobertura,de chocolate com côco primeira qualidade, diversos sabores	316835	KG	113	2250	2250	R\$ 46,0900	R\$ 103.702,5000
33	Biscoito fino, tipo amanteigado com cobertura,de chocolate com côco primeira qualidade, diversos sabores. COTA EXCLUSIVA ME/EPP ITEM 32.	316835	KG	38	750	750	R\$ 46,0900	R\$ 34.567,5000
34	Biscoito fino, tipo amanteigado recheado com goiaba, de primeira qualidade, diversos sabores.	316835	KG	113	2250	2250	R\$ 46,0900	R\$ 103.702,5000
35	Biscoito fino, tipo amanteigado recheado com goiaba, de primeira qualidade, diversos sabores. COTA EXCLUSIVA ME/EPP ITEM 34.	316835	KG	38	750	750	R\$ 46,0900	R\$ 34.567,5000
36	Biscoito fino, tipo salgado, de primeira qualidade, diversos sabores.	316835	KG	113	2250	2250	R\$ 46,0900	R\$ 103.702,5000
37	Biscoito fino, tipo salgado, de primeira qualidade, diversos sabores. COTA EXCLUSIVA ME/EPP ITEM 36.	316835	KG	38	750	750	R\$ 46,0900	R\$ 34.567,5000
38	Biscoito fino, tipo amanteigado, de primeira qualidade, diversos sabores.	466407	KG	90	1794	1794	R\$ 52,4000	R\$ 94.005,6000
39	Biscoito fino, tipo amanteigado, de primeira qualidade, diversos sabores. COTA EXCLUSIVA ME/EPP ITEM 38.	466407	KG	30	597	597	R\$ 52,4000	R\$ 31.282,8000
40	Biscoito, recheado, sabor chocolate, de primeira qualidade, embalagem com aproximadamente 50g, prazo validade mínimo 30 dias.	217139	PCT 50G	275	5500	5500	R\$ 2,2400	R\$ 12.320,0000
41	Biscoito, recheado, sabor morango, de primeira qualidade, embalagem com 50g, prazo validade mínimo 30 dias.	217138	PCT 50G	250	5000	37300	R\$ 2,1533	R\$ 80.318,0900

42	Biscoito, recheado, sabor pretty, de primeira qualidade, embalagem com aproximadamente 50g, prazo validade mínimo 30 dias	323479	PCT 50G	750	15000	15000	R\$ 2,5467	R\$ 38.200,5000
43	Biscoito, tipo wafer, zero açúcar, dietético, característica adicional sem adição de açúcar, sabor chocolate, embalagem com aproximadamente 120g, prazo validade mínimo 30 dias	255866	Pacote 120 Grama	999	19982	19982	R\$ 2,5888	R\$ 51.729,4016
44	Biscoito, tipo wafer, zero açúcar, dietético, característica adicional sem adição de açúcar, sabor morango, embalagem com aproximadamente 120g, prazo validade mínimo 30 dias	236204	Pacote 120 Grama	605	12092	12092	R\$ 2,3867	R\$ 28.859,9764
45	Biscoito Sabor: Doce , Tipo: Tortinha , Características Adicionais: Com Recheio De Limão, Pacote com aproximadamente 140 Grama	236204	Pacote 140 Grama	250	5000	18000	R\$ 4,5260	R\$ 81.468,0000
46	Farinha de rosca, aplicação culinária em geral, embalagem 500g, prazo validade mínimo 30 dias	459153	PCT 500 GR	200	4000	4000	R\$ 9,3300	R\$ 37.320,0000
47	Farinha de trigo, material trigo especial, apresentação pó, sem fermento, característica adicional enriquecida com ferro e ácido fólico, embalagem com 1kg, prazo validade mínimo 30 dias	465332	PCT 1KG	388	7763	7763	R\$ 10,9200	R\$ 84.771,9600
48	Farinha de trigo, material trigo especial, apresentação pó, sem fermento, característica adicional enriquecida com ferro e ácido fólico, embalagem com 1kg, prazo validade mínimo 30 dias. COTA EXCLUSIVA ME/EPP ITEM 47.	465332	PCT 1KG	129	2587	2587	R\$ 10,9200	R\$ 28.250,0400
49	Farinha de trigo, material trigo, apresentação pó, características adicionais com fermento, enriquecida com ferro e ácido fólico, embalagem com 1kg, prazo validade mínimo 30 dias	460264	PCT 1KG	400	8009	8009	R\$ 10,8000	R\$ 86.497,2000
50	Farinha de trigo, material trigo, apresentação pó, características adicionais com fermento, enriquecida com ferro e ácido fólico, embalagem com 1kg, prazo validade mínimo 30 dias. COTA EXCLUSIVA ME/EPP ITEM 49.	460264	PCT 1KG	90	1800	1800	R\$ 10,8000	R\$ 19.440,0000
51	Farinha láctea, ingrediente farinha trigo, leite pó integral, açúcar, sal, características adicionais enriquecido com vitaminas e ferro, lata com aproximadamente 600g, prazo validade mínimo 30 dias	463974	Embalagem 600 Grama	174	3485	3485	R\$ 23,1267	R\$ 80.596,5495
52	Farinha láctea, ingrediente farinha trigo, leite pó integral, açúcar, sal, características adicionais enriquecido com vitaminas e ferro, lata com aproximadamente 600g, prazo validade mínimo 30 dias. COTA EXCLUSIVA ME/EPP ITEM 51.	463974	Embalagem 600 Grama	58	1161	1161	R\$ 23,1267	R\$ 26.850,0987
53	Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, mistura para pão francês apresentação pó, embalagem com 25 kg, validade mínima 30 dias	242454	UNI	83	1662	1662	R\$ 236,5000	R\$ 393.063,0000
54	Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, mistura para pão francês apresentação pó, embalagem com 25 kg, validade mínima 30 dias. COTA EXCLUSIVA ME/EPP ITEM 53.	242454	UNI	17	338	338	R\$ 236,5000	R\$ 79.937,0000

55	FARINHA DE TRIGO PARA BOLO PRONTO PARA PREPARO DIVERSOS SABORES - 5KG - FARINHA DE TRIGO, FERRO E ÁCIDO FÓLICO.	460262	SC 05 KG	75	1500	1500	R\$ 89,0310	R\$ 133.546,5000
56	FARINHA DE TRIGO PARA BOLO PRONTO PARA PREPARO DIVERSOS SABORES - 5KG - FARINHA DE TRIGO, FERRO E ÁCIDO FÓLICO. COTA EXCLUSIVA ME/EPP ITEM 55.	460262	SC 05 KG	25	500	500	R\$ 89,0310	R\$ 44.515,5000
57	Fermento biológico seco instantâneo, para pães e pizzas, apresentação pó, embalagem com aproximadamente 1 quilograma.	459596	Quilograma	69	1381	1381	R\$ 57,9533	R\$ 80.033,5073
58	Fermento biológico seco instantâneo, para pães e pizzas, apresentação pó, embalagem com aproximadamente 1 quilograma. COTA EXCLUSIVA ME /EPP ITEM 57.	459596	Quilograma	6	119	119	R\$ 57,9533	R\$ 6.896,4427
59	Fermento biológico seco instantâneo, para massas doces, apresentação pó, embalagem com aproximadamente 1 quilograma.	459596	Quilograma	69	1381	1381	R\$ 57,9533	R\$ 80.033,5073
60	Fermento biológico seco instantâneo, para massas doces, apresentação pó, embalagem com aproximadamente 1 quilograma. COTA EXCLUSIVA ME /EPP ITEM 59.	459596	Quilograma	6	119	119	R\$ 57,9533	R\$ 6.896,4427
61	Macarrão, de primeira qualidade tipo com ovos, formato argolinha, característica adicional enriquecido com ferro e ácido fólico, embalagem com 500g, prazo validade mínimo 30 dias.	459000	Embalagem 500 Grama	474	9480	9480	R\$ 8,1667	R\$ 77.420,3160
62	Macarrão, de primeira qualidade, tipo com ovos, formato espaguete, embalagem com 1kg, prazo validade mínimo 30 dias.	459002	Embalagem 1 Quilograma	2080	41600	41600	R\$ 8,2167	R\$ 341.814,7200
63	Macarrão, de primeira qualidade, tipo com ovos, formato espaguete, embalagem com 1kg, prazo validade mínimo 30 dias. COTA EXCLUSIVA ME/EPP ITEM 62.	459002	Embalagem 1 Quilograma	485	9700	9700	R\$ 8,2167	R\$ 79.701,9900
64	Macarrão, de primeira qualidade, tipo com ovos, formato farfalle, embalagem com 500g, prazo validade mínimo 30 dias	458996	PCT 500 GR	132	2644	2644	R\$ 6,4967	R\$ 17.177,2748
65	Macarrão, de primeira qualidade, tipo com ovos, formato fusilli, característica adicional enriquecido com ferro e ácido fólico, embalagem com 500g, prazo validade mínimo 30 dias	458996	Embalagem 500 Grama	278	5560	5560	R\$ 6,5967	R\$ 36.677,6520
66	Macarrão, de primeira qualidade, tipo com ovos, formato penne, característica adicional enriquecido com ferro e ácido fólico, embalagem com 500g, prazo validade mínimo 30 dias	458989	PCT 500 GR	622	12435	12435	R\$ 8,1567	R\$ 101.428,5645
67	Macarrão, de primeira qualidade, tipo sem ovos, formato penne, característica adicional enriquecido com ferro e ácido fólico, embalagem com 500g, prazo validade mínimo 30 dias. COTA EXCLUSIVA ME/EPP ITEM 66.	458989	PCT 500 GR	207	4145	4145	R\$ 8,1567	R\$ 33.809,5215
68	Macarrão, de primeira qualidade, tipo com ovos, formato rigatone, embalagem com 500g, prazo validade mínimo 30 dias	458990	PCT 500 GR	250	5000	5000	R\$ 6,5973	R\$ 32.986,5000
69	Macarrão, de primeira qualidade, tipo com ovos, formato talharim, tipo caseiro, característica adicional enriquecido com ferro e ácido fólico, embalagem com 500g, prazo validade mínimo 30 dias	458959	PCT 500 GR	508	10150	10150	R\$ 7,8907	R\$ 80.090,6050
70	Macarrão, de primeira qualidade, tipo com ovos, formato talharim, tipo caseiro, característica adicional enriquecido com ferro e ácido fólico, embalagem com 500g, prazo validade mínimo 30 dias. COTA EXCLUSIVA ME/EPP ITEM 69.	458961	PCT 500 GR	85	1700	1700	R\$ 7,8907	R\$ 13.414,1900
	Mingau de arroz com milho e coco, embalagem com 1kg, prazo validade							R\$

71	mínimo 30 dias	462479	KG	83	1650	1650	R\$ 21,0200	34.683,0000
72	Mingau de chocolate, embalagem com 1kg, prazo validade mínimo 30 dias	462479	KG	150	3000	3000	R\$ 25,7967	R\$ 77.390,1000
73	Mingau de coco, embalagem com 1kg, prazo validade mínimo 30 dias	462479	KG	100	2000	2000	R\$ 27,1787	R\$ 54.357,4000
74	Mingau de tapioca com coco, embalagem com 1kg, prazo validade mínimo 30 dias	462479	KG	103	2050	2050	R\$ 24,5533	R\$ 50.334,2650
75	Margarina, uso geral, Embalagem 15 Quilograma , 80% (oitenta por cento) de lipídios, validade de sete meses.	463699	Embalagem 15 Quilograma	56	1110	1110	R\$ 188,5800	R\$ 209.323,8000
76	Margarina, uso geral, Embalagem 15 Quilograma, 80% (oitenta por cento) de lipídios, validade de sete meses. COTA EXCLUSIVA ME/EPP ITEM 75.	463699	Embalagem 15 Quilograma	19	370	370	R\$ 188,5800	R\$ 69.774,6000
77	Torrada, de primeira qualidade, característica adicional integral, embalagem individual com aproximadamente 160g, prazo validade mínimo 60 dias	460529	PCT 160 GR	1904	38070	38070	R\$ 8,4237	R\$ 320.690,2590
78	Torrada, de primeira qualidade, característica adicional integral, embalagem individual com aproximadamente 160g, prazo validade mínimo 60 dias. COTA EXCLUSIVA ME/EPP ITEM 77.	460529	PCT 160 GR	474	9480	9480	R\$ 8,4237	R\$ 79.856,6760
79	Batata tipo palha pacote com 500 gramas, extra fina com validade de 90 dias. Embalagem contendo informações nutricionais.	463707	PCT 500 GR	713	14253	14253	R\$ 24,6333	R\$ 351.098,4249
80	Batata tipo palha pacote com 500 gramas, extra fina com validade de 90 dias. Embalagem contendo informações nutricionais. COTA EXCLUSIVA ME/EPP ITEM 79.	463707	PCT 500 GR	162	3247	3247	R\$ 24,6333	R\$ 79.984,3251
81	Torrada, de primeira qualidade, característica adicional salgada, embalagem individual com 2un de aproximadamente 14g a 20g, prazo validade mínimo 60 dias	460529	Embalagem 15 Grama	3751	75029	75029	R\$ 0,7300	R\$ 54.771,1700
82	Batata desidratada, tipo chips, apresentação corte em laminas, ingredientes: óleo, farinha de arroz, amido, malto dextrina, sal. Embalagem com aproximadamente 250 Gramas, validade mínima 90 dias.	463708	Embalagem 250 Grama	619	12375	12375	R\$ 16,6713	R\$ 206.307,3375
83	Batata desidratada, tipo chips, apresentação corte em laminas, ingredientes: óleo, farinha de arroz, amido, malto dextrina, sal. Embalagem com aproximadamente 250 Gramas, validade mínima 90 dias. COTA EXCLUSIVA ME/EPP ITEM 82.	463708	Embalagem 250 Grama	206	4125	4125	R\$ 16,6713	R\$ 68.769,1125
84	Batata desidratada, tipo chips, apresentação corte em laminas, ingredientes: óleo, farinha de arroz, amido, malto dextrina, sal. Embalagem com aproximadamente 250 Gramas, validade mínima 90 dias.	463708	Embalagem 250 Grama	619	12375	12375	R\$ 15,9388	R\$ 197.242,6500

85	Batata desidratada, tipo chips, apresentação corte em laminas, ingredientes: óleo, farinha de arroz, amido, malto dextrina, sal. Embalagem com aproximadamente 250 Gramas, validade mínima 90 dias. COTA EXCLUSIVA ME/EPP ITEM 84.	463708	Embalagem 250 Grama	206	4125	4125	R\$ 15,9388	R\$ 65.747,5500
86	Ovo branco, tamanho extra, origem galinha, isento de anomalias, da presença de fungos ou substancias tóxicas, acondicionado em embalagem com divisões celulares para 12 unidades, com prazo de validade mínimo 30 dias.	446620	Bandeja 12 Unidade	300	6006	6006	R\$ 14,6200	R\$ 87.807,7200
87	Ovo branco, tamanho extra, origem galinha, isento de anomalias, da presença de fungos ou substancias tóxicas, acondicionado em embalagem com divisões celulares para 12 unidades, com prazo de validade mínimo 30 dias. COTA EXCLUSIVA ME/EPP ITEM 86.	446620	Bandeja 12 Unidade	100	2002	2002	R\$ 14,6200	R\$ 29.269,2400
88	Ovo, tamanho extra, peso 71, origem galinha, características adicionais branco CX C/ 30 DZ	446619	Unidade	45	909	909	R\$ 205,1667	R\$ 186.496,5303
89	Ovo, tamanho extra, peso 71, origem galinha, características adicionais branco CX C/ 30 DZ. COTA EXCLUSIVA ME/EPP ITEM 88.	446619	Unidade	15	303	303	R\$ 205,1667	R\$ 62.165,5101
90	Ovo, característica adicional rajado, tamanho único, origem codorna, isento de anomalias, da presença de fungos ou substancias tóxicas, embalagem com 30 unidades, prazo validade mínimo 30 dias .	446625	emb 30 unidades	100	2000	2000	R\$ 21,4067	R\$ 42.813,4000
91	Biscoito, recheado, sabor morango, de primeira qualidade, embalagem com 50g, prazo validade mínimo 30 dias. COTA EPP ITEM 41.	217138	PCT 50G	100	500	3000	R\$ 2,1533	R\$ 6.459,9000
92	Biscoito Sabor: Doce , Tipo: Tortinha , Características Adicionais: Com Recheio De Limão, Pacote com aproximadamente 140 Grama . COTA EPP ITEM 45.	236204	Pacote 140 Grama	100	500	2000	R\$ 4,5260	R\$ 9.052,0000

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contado a partir da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

1.4.1. presente contratação será formalizada por meio de instrumento substitutivo ao contrato, nos termos do art. 95, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, sendo a Nota de Empenho o instrumento utilizado, observadas as regras constantes do Anexo I deste Termo de Referência.

1.5. A Ata de Registro de preço terá vigência de 12 (dozes) meses, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação da Ata de Registro de Preços, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e poderá ter a validade renovada de forma integral (quantitativo e prazo, por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso para a administração pública.

1.5.1. O fornecimento da alimentação ao efetivo apoiado é ininterrupto, visto que as atividades da Central de Produção dos Afonsos não se encerram junto com o fim do expediente administrativo da OM.

1.5.2. Esta CPA é responsável por fornecer alimentação para as equipes de serviço que atuam 24 (vinte e quatro) horas por dia, além disso, esta SSUB é responsável pela alimentação dos pacientes internados e funcionários do HAAF. Neste esteira, acrescentasse a demanda os diversos apoios na alimentação em missões operacionais que podem decorrer ao longo ano, como por exemplo apoio nas equipes de transportes de órgãos, por isso sendo a vigência plurianual da ATA se torna mais vantajosa considerando a otimização e celeridade dos fluxos e procedimentos de contratações anuais, desafogando os setores de compras e licitações com a repetição da demanda apresentada, bem como evitando eventuais interrupções.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. Quando o item estiver com o termo "igual" ou "superior" na descrição do objeto a ser licitado é pelo motivo de uma melhor compreensão na identificação do produto, servindo apenas como referência, e não como uma exigência de que o licitante apresente a marca mencionada, conforme redação do art. 41, inciso I, alínea d da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7.1. "quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência;"

1.8. Ocorrendo divergência entre a gramatura/modelo da descrição do produto e a unidade de fornecimento prevalecerá a unidade de fornecimento da descrição do produto.

1.9. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### ***Sustentabilidade***

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A presente contratação está alinhada ao Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS), nos termos da Portaria Seges/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021

4.2. A contratada observará a Resolução RDC ANVISA 216, de 2004, alterada pela RDC 52/2014, bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária estaduais, distrital e municipais e demais instrumentos normativos aplicáveis.

4.3. A empresa contratada deverá comprovar que o(s) bem (ns) atende(m) aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, quando aplicável:

4.3.1 que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;



4.3.2 que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.3.3 que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

4.3.4 que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.4 A comprovação do disposto neste item poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

4.5 Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal .

4.6 Com relação ao descarte correto do material em questão deverão ser observados e levados em consideração o que preconiza o Art 9º da Lei 12.305/10 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.7 Para todos os produtos do item 1.1 do Termo de referência por estarem enquadrados Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13 de 23 de agosto de 2021, será exigida, sob pena de não aceitação da proposta, a apresentação do CTF (cadastro técnico Federal) válido e com a descrição da atividade compreendida no enquadramento na FTE (Ficha Técnica de Enquadramento) da fabricante do produto ofertado.

4.7.1. a apresentação do Certificado de Regularidade poderá ser dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on-line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo

4.8 De acordo com o art. 427 do Decreto 9.013/2017, Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal para todos os itens de origem animal: o estabelecimento ou marca apresentada deverá estar registrado no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Sistema de Inspeção Municipal (SIM) ou registrado pelos serviços de inspeção que aderiram ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária por meio do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA).

4.8.1. A licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta atualizada, a documentação comprobatória do respectivo registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Serviço de Inspeção Municipal (SIM) ou SISBI-POA, conforme aplicável ao produto ofertado, sob pena de não aceitação da proposta.

4.9 Para os produtos embalados devem ser observadas as regras de rotulagem nutricional (Resoluções 359 e 360, de 23 de dezembro de 2003, da ANVISA), as relativas a aditivos para materiais plásticos (RDC nº 17, de 17 de março de 2008) e a proibição do uso industrial de embalagens metálicas soldadas com liga de chumbo e estanho para acondicionamento de gêneros alimentícios, exceto para produtos secos ou desidratados (Lei nº 9832/1999).

4.10. Para os estabelecimentos que apenas comercializam os produtos constantes do item 1.1 deste Termo de Referência, além da apresentação dos registros previstos no item 4.7, deverá ser apresentado, juntamente com a proposta atualizada, o licenciamento válido emitido pela autoridade sanitária competente estadual, municipal, territorial ou do Distrito Federal, mediante apresentação do respectivo alvará sanitário válido, nos termos dos arts. 45 e 46 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, sob pena de não aceitação da proposta.

## **Subcontratação**

4.11. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **Garantia da contratação**

4.12. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

**Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:**

4.13. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.13.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.13.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.13.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias corridos, contados do(a) notificação para o fornecimento, o fornecimento do objeto será conforme demanda solicitada pela CPA, respeitando as quantidades mínimas e máximas descritas na tabela do item 1.1 deste TR, mediante remessa única, nos seguintes endereços.

5.1.1 **GAP-AF** - Praça General Aranha, 20 - Campo dos Afonsos, CEP.: 21740-002 - Rio de Janeiro - RJ, na Seção de Subsistência (Rancho) da GAP-AF;

5.1.2 **DIRAD** - Rua Coronel Laurenio Lago, s/nº - Rio de Janeiro - RJ CEP: 21.610-280, na Seção de Subsistência;

5.1.3 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.4 O funcionário da empresa deverá entregar junto com a nota fiscal no momento da entrega do material o documento descrito no anexo A deste termo de Referência.

5.2 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 1/3 (um terço.), do prazo total recomendado pelo fabricante.

5.3 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

*5.5 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.*

*5.5.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.*

*5.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.*

*5.7 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (5) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.*

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

*6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

#### 7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia

7.2.4.2.1. O atraso superior a 60 (sessenta) dias corridos para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “a”, “e” e “h” do subitem 12.1, de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, por ocorrência (art. 15, §4º da Portaria nº 623/GC4, de 20 de novembro de 2023, do Comando da Aeronáutica).

7.2.4.4. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “b”, “c”, “f” e “g” do subitem 12.1, de 10% (dez por cento) do valor do contrato, por ocorrência (art. 15, §5º da Portaria nº 623/GC4, de 20 de novembro de 2023, do Comando da Aeronáutica).

7.2.4.5. Para a infração descrita na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será:

7.2.4.5.1. Moratória, de 2% (dois por cento) do valor do contrato, por ocorrência (art. 15, §6º da Portaria nº 623/GC4, de 20 de novembro de 2023, do Comando da Aeronáutica);

7.2.4.5.1. Compensatória, proporcional ao valor do contrato, de acordo com a faixa que abranger o período de atraso (art. 18 da Portaria nº 623/GC4, de 20 de novembro de 2023, do Comando da Aeronáutica), conforme abaixo:

7.2.4.5.1.1. atraso até o 3º (terceiro) dia, multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta;

7.2.4.5.1.2. atraso entre o 4º (quarto) até o 30º (trigésimo) dia, multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, por dia corrido de atraso; e

7.2.4.5.1.3. atraso entre o 31º (trigésimo primeiro) até o 60º (sexagésimo) dia, inclusive, multa de 0,4% (quatro décimos por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, por dia corrido de atraso.

7.2.4.5.2 o atraso superior a 60 (sessenta) dias corridos será considerado como inexecução total do contrato, de acordo com o art. 19 da Portaria nº 623/GC4, de 20 de novembro de 2023, do Comando da Aeronáutica.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

#### **7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.**

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

#### Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.



8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

#### Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

#### Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 21/01/2026.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

### **Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento do objeto será conforme demanda solicitada pela CPA.

9.3 Deverão ser respeitadas as quantidades mínimas e máximas descritas na tabela do item 1.1 deste TR.

### **Críticos de aceitabilidade de preços**

9.4. *Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:*

*9.4.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.*

### **Exigências de habilitação**

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A8]

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A9]

### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas :

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.26. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *[capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo]* de 05 % [até 10%] do valor total estimado da parcela pertinente.

9.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação ;

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### Disposições gerais sobre habilitação

9.32. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29

de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.36. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 7.636.680,1867 (sete milhões, seiscentos e trinta e seis mil, seiscentos e oitenta reais e dezoito centavos) conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 deste Termo de Referência.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.4. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilas

12.1.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilas.

12.1.2. Nos termos do art. 10 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022, e da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), procede-se à avaliação quanto à necessidade de classificação da informação constante no presente Termo de Referência.

12.1.3. Após análise do conteúdo, verifica-se que o documento trata da Aquisição de Microfones, não contendo informações sigilosas, estratégicas, sensíveis ou que possam comprometer a segurança da sociedade ou do Estado.

12.1.3.1. Dessa forma, classifica-se o Termo de Referência nº 197/2025 como informação de natureza ostensiva, nos termos do art. 6º da LAI, sendo passível de acesso público irrestrito.

Vide data da Assinatura Digital)

HORACIO FERNANDO PINTO TEN CEL QUINT

Ordenador de Despesas delegado

## 13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

***(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133 /2021)***

### 1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o 05 (cinco) dias corridos, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, Nota de Empenho/ Carta Contrato/Autorização OU [constante deste Anexo], sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital **OU** na Autorização de Contratação Direta e/ou no Aviso de Dispensa Eletrônica*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

### 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.2. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.*

### 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

### 3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A4]

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis.

3.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada ;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

*4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;*

*4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;*



4.1.19. *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.*

4.1.20. *Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.*

4.1.21. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.[A11]*

4.1.22. *Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho[] ;*

4.1.23 *Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;*

4.1.24. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;*

4.1.25. *Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;*

4.1.26. *Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.*

## **5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

### 5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal na Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## 14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

---

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**BRUNA TAVARES DA SILVA MACHADO**

Agente de contratação

**EDUARDO JUNIOR DA SILVA MARQUES**

Agente de Controle Interno do GAP-AF

**HORACIO FERNANDO PINTO**

Autoridade competente



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	TERMO DE REFERÊNCIA PÓS CJU
Data/Hora de Criação:	11/05/2026 13:54:04
Páginas do Documento:	27
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	28
Hash MD5:	2c0f607ba030a2e60f8de6f75f436776
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten BRUNA TAVARES DA SILVA MACHADO no dia 11/05/2026 às 11:10:35 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento DANIELLE LOPES ROQUE no dia 12/05/2026 às 11:53:56 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap EDUARDO JÚNIOR DA SILVA MARQUES no dia 14/05/2026 às 10:20:35 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Int HORACIO FERNANDO PINTO no dia 15/05/2026 às 08:26:59 no horário oficial de Brasília.

## CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO